

no 1º cargo da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua/PA, situada na Rodovia BR-316, Km 08, s/n, CEP 67.030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4847.

PORTARIA Nº 020/2021-MP/1ªPJDC

OBJETO: "AVERIGUAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, EM RELAÇÃO AO CONTRATO Nº 003/2019-SESDS/PMA, CELEBRADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL E A EMPRESA M R FABRICAÇÃO DE MÓVEIS EIRELI, PARA COMPRA DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA COZINHA DA GUARDA MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL DE ANANINDEUA/PA".

FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA – Promotora de Justiça.

**Protocolo: 699643**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
EXTRATO DA PORTARIA Nº 021/2021-MP/1ªPJDC**

A 1ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua/PA, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 24, §1º, inciso I da RESOLUÇÃO Nº 007/2019-CPJ, de 13 de junho de 2019, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 020583-003/2021-MP/1ªPJDC, que se encontra à disposição no 1º cargo da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua/PA, situada na Rodovia BR-316, Km 08, s/n, CEP 67.030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4847.

PORTARIA Nº 021/2021-MP/1ªPJDC

OBJETO: "APURAR SUPOSTA DESTINAÇÃO INCORRETA DO AUXÍLIO BOLSA TALENTO, CONCEDIDA PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER – SEEL A ATLETAS PARAENSES, FATO ATRIBUÍDO À FEDERAÇÃO PARAENSE DE ARTES MARCIAIS CHINESAS – FEPAMC, CONSOANTE DENÚNCIA FORMULADA PELO NACIONAL SAULO DE TARSO LEITE SAMPAIO, [fls. 02/12]".

FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA – Promotora de Justiça.

**Protocolo: 699641**

**PORTARIA Nº 2651/2021-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 57, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) c/c o art. 27, §3º, I e II da Resolução n.º 007/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, bem como os termos da Decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará no Inquérito Civil SIMP N.º 000253-151/2014,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA, substituta da 1ª PJ DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM, ou quem suas vezes fizer, para atuar no Inquérito Civil supramencionado e tomar as providências cabíveis quanto ao prosseguimento do feito.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 27 de agosto de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**Protocolo: 699668**

**RESUMO DA PORTARIA Nº 018/2021 – MP/1ºPJ/MA/PC/HU – BEL**  
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e art.3º, caput, e art.7º, da Resolução CNMP nº 174 de 04 de julho de 2017, e art.7º, caput, e art.11, da Resolução nº 007 de 06 de junho de 2019, do Colégio de Procuradores de Justiça-MP/PA, e demais disposições aplicáveis, RESOLVE tornar pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000548-125/2021-MP/1ºPJ/MA/PC/HU - bel, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Polo Ativo/Reclamante: Associação Cultural do Marex.

Polo Passivo/Reclamado: em apuração.

Data da Instauração: 28/08/2021.

Objeto da Investigação: alguns cavalos, no total de 06 (seis) estariam apresentando sinais de maus-tratos, como fraturas nas pernas.

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ: Promotor de Justiça

**Protocolo: 699862**

**EXTRATO DE PORTARIA**

**PORTARIA Nº 016/2021-MP/3ª PJIJ**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000576-450/2021

OBJETO: Fiscalizar política pública do poder de polícia administrativo no que dispõe a Lei Municipal nº 2.442, de 20 de maio de 2010, que estabelece o perímetro e segurança escolar, num raio de cem metros do epicentro do estabelecimento escolar, rezando que nesse perímetro não pode haver bares que disponibilizem venda de bebidas alcoólicas e placas devem ser afixadas, indicando a respectiva área de segurança e que nem todas as escolas municipais de Ananindeua estão sinalizadas.

Ananindeua(PA)., 01 de setembro de 2021.

LÉA CRISTINA M. DA ROCHA

3ª Promotora de Justiça titular da Infância e Juventude de Ananindeua

**Protocolo: 699849**

**Extrato de PORTARIA Nº 009/2021-7ºPJ/ATM**

A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA HABITAÇÃO E DO URBANISMO DE ALTAMIRA, com fundamento no art. 54, VI e §3º, da Lei Complementar nº 057/2006, e Resolução Nº 007/2019-CPJ, de 06/06/2019, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 009/2021-7ºPJ/ATM, SIMP 000058-808/2021, que se encontra à disposição na Rua Ernesto Passarelli, Nº 2361, Bairro Sudam II, em Altamira/PA.

Polo Ativo: Ministério Público do Estado do Pará, Procon Municipal de Altamira.

Polo Passivo: Agro Cariri Norte Suplementação Mineral Eireli e Mon Parti Festas Personalize Eireli.

Assunto: Apurar a responsabilidade das empresas quanto à obediência aos parâmetros e características mínimas a serem adotadas na produção de suplementação bovina, bem como atendimento básico ao direito do consumidor.

Altamira/PA, 31 de agosto de 2021.

Daniel Braga Bona – Promotor de Justiça

**Protocolo: 699888**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 023/2021-MP/1ªPJDC**

A 1ª Promotora de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua/PA, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 24, §1º, inciso I da RESOLUÇÃO Nº 007/2019-CPJ, de 13 de junho de 2019, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 000132-200/2018-MP/1ªPJDC, que se encontra à disposição no 1º cargo da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua/PA, situada na Rodovia BR-316, Km 08, s/n, CEP 67.030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4847.

PORTARIA Nº 023/2021-MP/1ªPJDC

OBJETO: "INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2014/2016-SESAN/PMA – [OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO, NA DIMENSÃO DRENAGEM, ENVOLVENDO IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, NO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ, LADO OESTE, NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA]".

FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA – Promotora de Justiça.

**Protocolo: 699893**

**EXTRATO DE PORTARIA**

**PORTARIA Nº 10/2021-4ª PJIJ de Ananindeua**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000582-450/2021

OBJETO: Acompanhar e fiscalizar de forma continuada o funcionamento dos Conselhos Tutelares III e IV de Ananindeua.

Ananindeua(PA)., 01 de setembro de 2021.

PATRICIA DE FATIMA DE CARVALHO ARAÚJO

4ª Promotora de Justiça titular da Infância e Juventude de Ananindeua

**Protocolo: 699867**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

**PORTARIA Nº 07/2021-4ª PJIJ de Ananindeua**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000181-450/2021

OBJETO: Apurar possível situação de risco vivenciada pela criança A.H.D.S., visando a tutela de interesses individuais indisponíveis.

Ananindeua(PA)., 30 de agosto de 2021.

PATRICIA DE FATIMA DE CARVALHO ARAÚJO

4ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua

**Protocolo: 699918**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE  
CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
DO ESTADO DO PARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Modalidade: Pregão Presencial**

**Número: 02/2021-MPCM/PA**

Processo nº 4297/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de Vale-Alimentação, na forma de cartão eletrônico, magnético ou de tecnologia similar, para os servidores do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios "in natura", através de rede credenciada, na forma definida pela legislação pertinente, conforme especificações no Termo de Referência.

Obtenção do Edital: no site: <http://mpcm.pa.gov.br> e na sede do MPCM/PA Responsável pelo certame: Sabrina Oliveira Araújo

Local de Abertura: Na sede do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará – Sala de Licitações – Travessa Magno de Araújo, 424, Telégrafo, Belém-Pará CEP: 66113-055.

Data da Abertura: 17/09/2021

Hora da Abertura: 09:30 horas (horário de Brasília)

Programa de Trabalho: 01.331.1495.8764.339039

Fonte de Recurso: 0101 e 0301

Ordenadora: Maria Regina Cunha – Procuradora- Geral em exercício

**Protocolo: 699912**